

## APEHS – 2009

**Autor:** Miguel Alexandre da Cruz (doutorando em História) CEHCP – Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa

**Contacto:** [migueldacruz75@gmail.com](mailto:migueldacruz75@gmail.com)

**Proposta de Comunicação:** *O pensamento económico português e as ligações políticas e mercantis no final do Antigo Regime, 1779-1807 – Entre o ‘europeísmo’ e o complexo britânico.*

**Palavras-chave:** comércio externo, navegação, política externa e Báltico.

Este trabalho materializa-se em dois objectivos que convergem entre si. Por um lado deseja-se compreender melhor a evolução do quadro de parceiros que mantinham fortes laços comerciais com Portugal, sobretudo avaliar a apregoada extensão da dependência portuguesa relativamente à Inglaterra, para o escoamento dos seus produtos (metropolitanos e coloniais) nos finais do Antigo Regime. Por outro, pretende-se verificar se essa dinâmica comercial se repercutia no pensamento político-económico do país. Central é também a ideia de enquadrar os testemunhos recolhidos no âmbito das opções que a geopolítica europeia impunha, procurando-se aferir a coerência dos alinhamentos externos defendidos com as posições que na generalidade se assumiam em relação à autonomia comercial portuguesa.

A dinâmica das relações comerciais entre Portugal e vários países europeus naquela conjuntura será o alvo predefinido do estudo, com o enfoque especial nos dados sobre a navegação que então decorria e que ligava alguns dos principais portos do reino aos seus congéneres europeus. A opção pelos dados relacionados com a navegação e não com os produtos transaccionados prende-se não só com a enorme falibilidade destes últimos, mas também com a adequação empírica dos primeiros ao objectivo proposto. Para mais, a quantificação estatística destes dados, na aparência mais macro e logo menos refinados, coloca-nos em igualdade de circunstâncias, com a maioria daqueles que então se manifestavam, legitimando assim a sustentação empírica de ambas as fontes, que convergem no quadro desejado.

Apesar da vasta e rica bibliografia que cobre este período em todas as suas dimensões historiográficas (políticas, diplomáticas, militares e económicas), estou

convicto que haverá ainda algum espaço para o cruzamento das opções da política externa (sobretudo das manifestadas pelas personalidades mais informadas) e a dinâmica comercial que então se fazia sentir. De facto, graças sobretudo a Jorge Borges de Macedo e a Valentim Alexandre, sabemos bastante sobre a tipologia e até sobre o volume de produtos então transaccionados, mas sabemos muito menos sobre os agentes destas transacções: de onde chegavam e para onde partiam. Pelo menos sobre dois aspectos, e para uma determinada região (Báltico), estou convencido que os dados trazidos poderão lançar uma nova luz sobre um conjunto de axiomas historiográficos. Relacionando-se um com a relevância tradicionalmente atribuída aos produtos coloniais nas trocas com o exterior, e outro, não menos importante, que se prende com o papel desempenhado pelos ingleses nesse mesmo comércio.

No fundo, deseja-se responder às seguintes formulações: Com quem corria preferencialmente o comércio externo português? Era a Inglaterra o incontestado actor na redistribuição das produções do império? Sendo ou não, de que modo isso se repercutia no pensamento de alguns agentes portugueses? E de que modo essa atitude se pode articular com as suas posturas relativas à política externa?

A origem dos corpos documentais utilizados é vasta, todavia dever-se-á destacar a informação recolhida no Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico da Marinha e também na Divisão de Reservados da Biblioteca Nacional.